



CNPJ 20.589.286/0001-08

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO 2022

Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa PESSEGO TRANSPORTES LTDA – CNPJ 20.589.286/0001-08 aqui representada pelos seus sócios administradores TARCIANO BEZERRA CAIANO – CPF 331.323.708-86 e RONALDO RODRIGUES DA COSTA – CPF 249.719.478-50, reconhecemos a BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2022 e suas informações conforme segue abaixo:

Pêssego Transportes Ltda

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro 2022

(Em R\$)

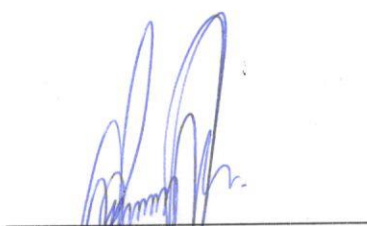
Ativo	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	2022	2021
Circulante	31.218.338	27.115.631	Circulante	32.006.360	42.861.023
Caixa / Bancos	6.406.683	385.359	Fornecedores	3.319.358	7.907.147
Aplicações financeiras	2.813.191	259.711	Empréstimos	4.767.287	19.190.874
Clientes	9.472.535	16.519.501	Obrigações tributárias	3.554.679	4.947.522
Outros Créditos	10.456.763	8.365.584	Obrigações trabalhistas	20.365.036	10.815.480
Estoques	2.069.167	1.585.476			
Não circulante	69.028.658	100.546.247	Não circulante		
Realizável a longo prazo	1.938.138	2.320.550	Exigível a longo prazo	36.164.026	37.241.423
Investimentos	5.056.197	1.317.777	Financiamentos	10.101.780	27.627.225
Imobilizado	156.973.380	153.345.553	Parcelamentos previdenciários	26.062.246	9.614.198
Depreciação Acumulada	94.939.056	56.437.633			
			Patrimônio líquido	32.076.610	47.559.432
			Capital social	66.800.000	66.800.000
			Capital Social a Integralizar	40.000.000	40.000.000
			Reserva de Lucro	1.211.982	1.450.484
			Resultados Acumulados	4.064.628	19.308.947
Total do Ativo	100.246.996	127.661.878	Total do Passivo	100.246.996	127.661.878

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.


TARCIANO BEZERRA CAIANO
CPF 249.719.478-50
SÓCIO ADMINISTRADOR


RONALDO RODRIGUES DA COSTA
CPF 331.323.708-86
SÓCIO ADMINISTRADOR


ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CRC 1 SP 211634/O-9
CPF 162.995.288-50



CNPJ 20.589.286/0001-08

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DEZEMBRO 2022

Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa PESSEGO TRANSPORTES LTDA – CNPJ 20.589.286/0001-08 aqui representada pelos seus sócios administradores TARCIANO BEZERRA CAIANO – CPF 331.323.708-86 e RONALDO RODRIGUES DA COSTA – CPF 249.719.478-50, reconhecemos a DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2022 e suas informações conforme segue abaixo:

Pêssego Transportes Ltda


Demonstração do Resultado em 31 de dezembro 2022

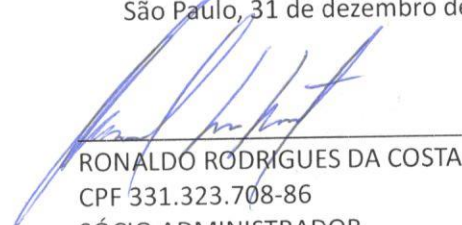
(Em R\$)


	2022	2021
Receita líquida de serviços prestados	292.358.594,56	256.601.319,55
(-) Custos operacionais	- 260.993.560,01	- 221.830.813,82
Lucro operacional bruto	31.365.034,55	34.770.505,73
Despesas administrativas	46.048.270,40	35.090.272,66
Despesas operacionais	-	636.775,17
Despesas administrativas	45.528.902,17	34.153.240,00
Despesas tributárias	519.368,23	300.257,49
Lucro antes do resultado financeiro	- 14.683.235,85	- 319.766,93
Receitas financeiras	-	936,00
Despesas financeiras	- 561.083,55	- 2.615.126,78
Lucro antes do IRPJ e CSLL	- 15.244.319,40	- 2.933.957,71
IRPJ/CSLL	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	- 15.244.319,40	- 2.933.957,71

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.


TARCIANO BEZERRA CAIANO
CPF 249.719.478-50
SÓCIO ADMINISTRADOR


RONALDO RODRIGUES DA COSTA
CPF 331.323.708-86
SÓCIO ADMINISTRADOR


ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CRC 1/SP 211634/O-9
CPF 162.995.288-50

1. Contexto operacional

A PESSEGO TRANSPORTES LTDA, Companhia devidamente localizada a Avenida Jacu-Pêssego nº 581 – Vila Jacuí – Município de São Paulo - SP, fundada em 07/07/2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Empresarial Limitada, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal.

Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D5 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2021 e alterações; Lei Federal nº 13.278, de 07/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 12.587 de 03/01/2012, e demais normas aplicáveis., com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT.

Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano.

O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.200, de 05/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541 de 30/11/2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30/12/2015.

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Base de preparação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Caixa e Bancos

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo.

(c) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(f) Instrumentos financeiros

O Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira.

(g) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Companhia possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

5. Gerenciamento de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida.

A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços.

Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2022, assim como não realizou operações com derivativos financeiros.

(e) Risco de taxas de juros

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em reais

6. Plano de contas

O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS – São Paulo Transportes adequado a nossa realidade operacional.

7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (correlato ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

- Alteração das normas CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativa contábil. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao *IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* (CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), onde é introduzida uma definição de estimativas contábeis. Essa alteração busca esclarecer a distinção entre os conceitos “mudança nas estimativas contábeis” e “mudança nas políticas contábeis e correções de erros”. Além disso esclarecem como as entidades usam técnicas de mensuração e dados para desenvolver estimativas contábeis. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

- Alterações na IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de Políticas Contábeis. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments* (documento de natureza educativa emitido pelo IASB e não publicado pelo CPC no Brasil), em que fornece orientação e exemplos para auxiliar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de política contábil. Essas alterações visam auxiliar as entidades a fornecer divulgações de política contábil que são mais úteis, substituindo a exigência de que as entidades divulguem suas políticas contábeis "significativas" por uma exigência de divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

8. Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
-----------	------	------

PESSEGO TRANSPORTES LTDA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em reais

Caixa e bancos	6.406.683	385.359
Aplicações financeiras	2.813.191	259.711
Total	9.219.874	645.070

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9. Contas a receber

Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes.

10. Investimentos

Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

11. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	2021	Aquisições	2022	De preciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Maquinas, Aparelhos e Equip.	10%	387.471	46.142,00	433.613	39.333	394.280
Ferramentas Duráveis	4%	126.187	109.139,00	235.326	18.587	216.739
Veículos	20%	148.279.368	3.014.000,00	151.293.368	38.256.301	113.037.067
Móveis e utensílio	10%	1.734.494	54.561,00	1.789.055	173.945	1.615.110
Bilhetagem Eletrônica	10%	2.797.164	243.470,00	3.040.634	-	3.040.634
Equipamento Processamento Dados	20%	17.621	-	17.621	3.531	14.090
Equipamentos de Informatica	20%	-	160.515,00	160.515	9.077	151.438
Equipamentos de Comunicação	20%	3.247	-	3.247	651	2.596
		153.345.552	3.627.827,00	156.973.379	38.501.425	118.471.954

12. Obrigações trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	4.612.172	1.663.210
INSS a recolher	11.289.151	4.908.888

PESSEGO TRANSPORTES LTDA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em reais

FGTS a recolher	2.932.099	3.900.005
Rescisões a pagar	0,00	301.861
Férias a pagar	186.200	3947
Outras	1.345.413	37.568
Total	20.365.035	10.815.479

13. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social é de R\$ 26.800.00 dividido em R\$ 26.800.00 cotas sociais integralizadas entres os sócios.

Capital Social a Integralizar

O capital social subscrito é de R\$ 40.000.000,00 dividido em R\$ 40.000.000 cotas sociais a ser integralizadas pelo sócios.

Reserva de Lucro

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração

14. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

15. Informações suplementares

Em 31 de dezembro de 2022, a partir dos saldos apresentados no Balanço Patrimonial, os índices apresentados pela administração são:

PESSEGO TRANSPORTES LTDA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em reais

Pêssego Transportes Ltda.

Índices Contábeis em 31 de dezembro

(Em R\$)

ÍNDICES CONTÁBEIS	FÓRMULAS	Índice calculado 2022		Mínimo exigido	Índice calculado 2021		Mínimo exigido
LIQUIDEZ CORRENTE	$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	31.218.338	0,98	≥ 0,60	27.115.631	0,63	≥ 0,60
		32.006.360			42.861.023		
LIQUIDEZ GERAL	$\frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$	33.156.476	0,49	≥ 0,60	30.753.958	0,38	≥ 0,60
		68.170.386			80.102.446		
LIQUIDEZ SECA	$\frac{\text{AC} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$	29.149.172	0,91	≥ 0,60	25.530.155	0,60	≥ 0,60
		32.006.360			42.861.023		
ENDIVIDAMENTO TOTAL	$\frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{Ativo total}}$	68.170.386	0,68	≤ 0,60	80.102.446	0,63	≤ 0,60
		100.246.996			127.661.878		
QUOCIENTE DE SOLVÊNCIA	$\frac{\text{Ativo total}}{\text{PT} - \text{PL}}$	100.246.996	1,47	≥ 1,25	127.661.878	1,59	≥ 1,25
		68.170.386			80.102.446		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Tarciano Bezerra Caiano

Sócio Administrador
CPF 331.323.708-86


Ronaldo Rodrigues da Costa

Sócio Administrador
CPF 249.719.478-50


André Barauna Vieira

Contador
CPF 162.995.288-50
CRC ISP 211.634/O-9

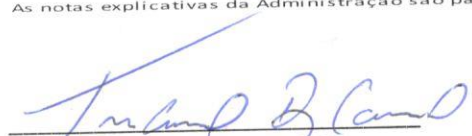
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DEZEMBRO 2022

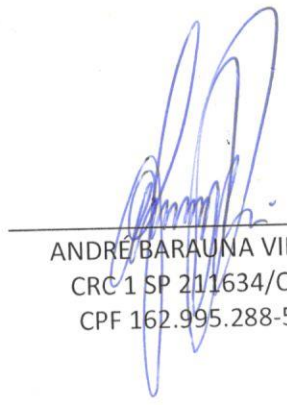
Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa PESSEGO TRANSPORTES LTDA – CNPJ 20.589.286/0001-08 aqui representada pelos seus sócios administradores TARCIANO BEZERRA CAIANO – CPF 331.323.708-86 e RONALDO RODRIGUES DA COSTA – CPF 249.719.478-50, reconhecemos a DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2022 e suas informações conforme segue abaixo:

Pêssego Transportes Ltda
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro 2022
(Em R\$)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Recebimentos de clientes	292.358.595	256.601.320
(-) Pagamentos a fornecedores	- 97.034.469	60.348.577
(-) Pagamentos a funcionários	- 87.972.197	68.705.754
(-) Pagamento de impostos	- 504.276	300.257
(-) Valores bloqueados judicialmente	-	2.320.550
(-) Pagamento de carta de crédito	-	-
(+) Recebimentos de receita financeira	69.262	936
(-) Pagamento das despesas financeiras	- 533.465	- 2.107.812
(-) Pagamentos a credores diversos	- 80.914.132	88.280.750
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	25.469.318	38.754.180
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos		
(-) Investimentos em terminais	- 1.011.222	-
(-) Aquisição de ativo imobilizado	- 3.627.827	- 42.676.300
(=) Disponibilidades aplicadas nas atividades de investimentos	- 4.639.048	- 42.676.300
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
(+) Novos empréstimos e financiamentos	-	18.222.021
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos	- 14.423.587	15.326.229
(-) Pagamento de dividendos	-	-
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades de financiamentos	- 14.423.587	2.895.792
Aumento / Diminuição nas disponibilidades	6.406.683	- 1.026.328
Aumento / Diminuição nas disponibilidades	5.761.613	- 1.026.328
DISPONIBILIDADES- no início do exercício	645.070	381.258
DISPONIBILIDADES- no final do exercício	6.406.683	645.070

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


TARCIANO BEZERRA CAIANO
CPF 249.719.478-50
SÓCIO ADMINISTRADOR


ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CRC 1 SP 211634/O-9
CPF 162.995.288-50

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.


RONALDO RODRIGUES DA COSTA
CPF 331.323.708-86
SÓCIO ADMINISTRADOR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022

Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa PESSEGO TRANSPORTES LTDA – CNPJ 20.589.286/0001-08 aqui representada pelos seus sócios administradores TARCIANO BEZERRA CAIANO – CPF 331.323.708-86 e RONALDO RODRIGUES DA COSTA – CPF 249.719.478-50, reconhecemos a DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2022 e suas informações conforme segue abaixo:

Pêssego Transportes Ltda

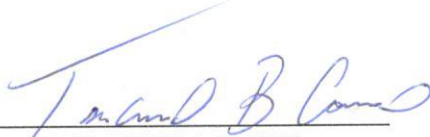
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro 2022

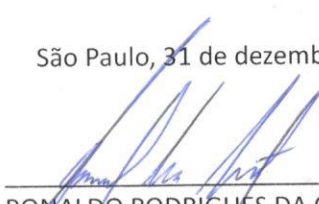
(Em R\$)

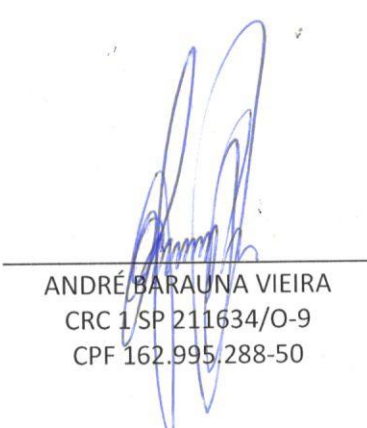
	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.800.000	40.000.000	-	22.242.905	49.042.905
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(2.933.958)	(2.933.958)
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	1.450.484	-	1.450.484
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	66.800.000	40.000.000	1.450.484	19.308.947	47.559.432
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.800.000	40.000.000	1.450.484	19.308.947	47.559.432
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(15.482.821)	(15.482.821)
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	238.502	238.502	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.800.000	40.000.000	1.211.982	4.064.628	32.076.610

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.


TARCIANO BEZERRA CAIANO
CPF 249.719.478-50
SÓCIO ADMINISTRADOR


RONALDO RODRIGUES DA COSTA
CPF 331.323.708-86
SÓCIO ADMINISTRADOR


ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CRC 1/SP 211634/O-9
CPF 162.995.288-50

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DEZEMBRO 2022

Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa PESSEGO TRANSPORTES LTDA – CNPJ 20.589.286/0001-08 aqui representada pelos seus sócios administradores TARCIANO BEZERRA CAIANO – CPF 331.323.708-86 e RONALDO RODRIGUES DA COSTA – CPF 249.719.478-50, reconhecemos a DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – DRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2022 e suas informações conforme segue abaixo:

Pêssego Transportes Ltda

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro 2022

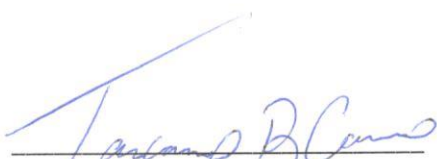
(Em R\$)

	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	- 15.244.319,40	- 2.933.957,71
Outros Resultados Abrangentes		
Total do Resultado Abrangente do Exercício	- 15.244.319,40	- 2.933.957,71

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PÊSSEGO TRANSPORTES


São Paulo, 31 de dezembro de 2022.



TARCIANO BEZERRA CAIANO
CPF 249.719.478-50
SÓCIO ADMINISTRADOR



RONALDO RODRIGUES DA COSTA
CPF 331.323.708-86
SÓCIO ADMINISTRADOR



ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CRC 1 SP 211634/O-9
CPF 162.995.288-50



CNPJ 20.589.286/0001-08

PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022
e relatório dos auditores independentes**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



PÊSSEGO TRANSPORTES

CNPJ 20.589.286/0001-08

Aos sócios e administradores
PESSEGO TRANSPORTES LTDA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PESSEGO TRANSPORTES LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira PESSEGO TRANSPORTES LTDA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

CNPJ 20.589.286/0001-08

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

PÊSSEGO TRANSPORTES

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de Julho de 2023.


CECON CONTABILIDADE LTDA
CRC 2SP026908


CILENE CASSIA DOS SANTOS
Contador CRC 1SPT62845